

Lindley Cintra, em saudade: evocação de um Mestre que é vulto singular da cultura portuguesa



1. No dia em que Lindley Cintra entrou na eternidade, encontrava-me eu fora de Lisboa, em Salamanca; estando, ao tempo, à frente do IPA (Instituto Português de Arquivos), não acompanhei o evoluir da doença que minava a saúde do Professor nem menos ainda soube logo do falecimento ocorrido no dia 18 de Agosto de 1991, um domingo.

Na manhã seguinte, segunda-feira, subi eu à alcaidaria salmantina para uma reunião de trabalho, sem saber ainda da infausta notícia: finda a reunião, a meio da manhã, quando já descia à Plaza Mayor, uma chamada

telefónica de Lisboa dava-me conta do sucedido e fazia-me saber que Luís Miguel Cintra, filho de Luís Filipe Lindley Cintra, me procurara para fazer o acompanhamento do funeral de seu pai.

Havia algum tempo que não me encontrava com Luís Miguel, meu colega da Faculdade de Letras desde os anos de 1963; até o julgava no estrangeiro na sequência da especialização de artes teatrais que resolvera frequentar, tal como Jorge da Silva Melo, também este nosso colega de curso na Faculdade; a diligência de Luís Miguel tocava-me particularmente, mas era-me impossível galgar a distância a que me encontrava para me apresentar em Lisboa a tempo das exéquias fúnebres que estavam a iniciar-se. A notícia caiu-me de chofre no espírito: naquele instante, sentia o mundo fugir-me debaixo dos pés e fiquei sem rumo: no meio da Praça, o sol de Agosto dardejava, mas tornou-se-me sem cor e sem brilho; inerte, sem atinar com tudo o mais que continuava a passar-se à minha volta, pouco me incomodavam os raios do sol de Verão que caíam sobre as lajes da praça salmantina; recolhido em mim próprio, com o firmamento do céu por testemunha, resisti de pé e inclinei-me em acto de veneração para acompanhar espiritualmente, tão de perto quanto me era possível, o Mestre que acabara de se apresentar perante Deus misericordioso e bom. Entrevia-o na sua figura esbelta, alquebrado pela doença, desprendido de tudo e confiante para o regresso à Casa Paterna, para o encontro do abraço de

ternura que eu contemplava na silhueta do quadro de Rembrandt que ali mesmo me vinha ao espírito.

Sabia eu como tinha sido longo e sofrido o silêncio dos últimos tempos do Professor e adivinhava como lhe fora doloroso ver-se privado dos seus dotes de comunicação verbal nos últimos tempos; estimava-o como Mestre da Palavra e Filólogo perito em identificar e comentar as variantes coloridas dos falares portugueses, colhidos de vários lados em cambiantes para ele bem distintas e bem identificadas na recolha de textos antigos e nos linguajares das aldeias que calcorreara para identificar falares do povo espalhado pelo interior raiano. Desde há algum tempo, em convívio com ele no Conselho Científico da Faculdade de Letras, a partir de 1983, junto a João Malaca Casteleiro, sentira eu como a vivacidade de outros tempos esmorecera, mas naquele momento preferia voltar à antiga imagem de pessoa serena e atenta aos problemas da vida académica que continuava a acompanhar na sua Faculdade de Letras de Lisboa.

Num refluxo de memórias, revia-o eu no dia em que me sentara perante ele quando presidia ao júri de Fonética do Português, em 1964: depressa, Lindley Cintra reparou na articulação do meu “s” incharacterístico, fugido ao ceceio beirão das minhas origens; tempos depois, em 1968, frequentara eu as aulas de Literatura Portuguesa Medieval em que ele me desvendava os segredos da *Crónica Geral de Espanha* na versão portuguesa do Conde D. Pedro de Barcelos e eu me envolvera no estudo que Diego Catalán acabava de publicar sobre o tema; depois, comentava ele alguns textos de Fernão Lopes e de Gil Vicente que constituíam a parte maior do programa para exame final a que obrigatoriamente tinha de me apresentar. Num rebate de memória, vinham-me à lembrança essas aulas no Anfiteatro II da Faculdade de Letras, em 1967-68, que Cintra compreensivelmente consentira interromper para resolver questões logísticas de arrumação do ano escolar; depois, as memórias mais vivas voltavam-se para os dias de Assembleias de Docentes, após o 25 de Abril de 1974 em análise de situação académica subsequente à revolução dos cravos...

Voltando a mim, no meio da Plaza Mayor, nesse dia de Agosto de 1991, por momentos senti-me mais só, na minha orfandade de leitor e de aprendiz de filólogo para voltar aos textos medievais que Lindley Cintra representava para mim.

Suportei a dor da ausência frente à impossibilidade de responder ao apelo que me era feito de Lisboa, em nome do Luís Miguel Cintra. Na dor da ausência, perpassaram-me pela lembrança figuras que haviam passado

pela Plaza Mayor, a começar pelo gramático António Nebrija no século XVI; mais que a figura deste erudito, naquela praça larga, depressa o arco do céu se me fechava com o eco vibrante do grito de “Viva la Vida” de Miguel de Unamuno que ali ressoava bem alto e me vinha ao encontro: em sobressalto, celebrei o Mestre que partia... Ao longe, divisava com ele a silhueta de Ramón Menéndez Pidal, com quem Lindley Cintra trabalhara em Madrid, na década de 1940-1950 e com quem moldara o seu método de ler e fixar o texto da sua celebrada edição da *Crónica Geral de Espanha*.

Regressando a mim, sentia vivo um dos abraços mais afectuosos que recebera do Mestre no final da minha Agregação Universitária na Universidade de Lisboa, pois o Prof. Luís Filipe Lindley Cintra fez questão de, em Julho de 1983, ir pessoalmente à Sala de Actos da Reitoria congratular-se comigo pela minha candidatura ao grupo de disciplinas de Filologia Latina Medieval que eu tomara à minha responsabilidade a partir do meu Doutoramento em 1978.

2. Na sequência desse ensino, tivera eu necessariamente de me acercar dos trabalhos de Lindley Cintra e de discuti-los em Seminários, reconhecendo-o como autoridade da qual partia e à qual voltava. Situava-o particularmente na atribuição da versão portuguesa da *Crónica Geral de Espanha* a D. Pedro, Conde de Barcelos, e no estabelecimento do seu parentesco genealógico no contexto hispânico.

O seu estudo marcara uma época: se havia que prolongar a análise era para acentuar perspectivas codicológicas com aspectos materiais e iconográficos de livro em si. Alargando análise, porém, era para me sentir “anão aos ombros de gigante” levado pela mão amiga do Professor; a sua argumentação de base linguística era plenamente convincente, não obstante ter-lhe ouvido confessar, mais que uma vez, que não seguira teorias ecdóticas e que tinha trabalhado com método experimentado sozinho junto de Menéndez Pidal. Mais que teorias, no seu trabalho reconhecíamos a lição de identidade da língua portuguesa e do estado que afirmava no desenho de uma autonomia própria em convergência e solidariedade com os outros povos hispânicos que se haviam batido em nome da Cristandade na batalha do Salado, onde os pendões dos velhos barões davam lugar a uma voz comum que o Conde assumira para a parte ocidental.

A versão da *Crónica* feita por D. Pedro Afonso estava em curso na data de 1344, como regista uma nota manuscrita no códice da ACL. Há razões, porém, para considerar que a redacção se prolongou pelos anos de 1400; para nós o manuscrito tem indícios que o associam ao scriptorium do rei eloquente e dão motivo à inserção dos títulos da Crónica que constam do elenco da biblioteca desse rei, quem quer que os tenha inserido no registo que encontramos no *Livro da Cartuxa* e tomado como *Livro dos Conselhos*.

Pelo estudo de Cintra ficava demonstrado o vigor e o significado de uma versão que se impôs no contexto peninsular e criou conexões que se prolongaram. Estávamos perante um **monumento** literário que era um marco histórico de vulto, Tanto como acentuar essas características, era eu próprio levado a debruçar-me sobre os materiais do manuscrito que me aparecia como livro de corte, em trabalho bem planeado de página em rectângulo de ouro e com marcações da vasta iconografia, destinado a um ambiente cortesão deleitado com leituras de gestas e de genealogias. Não ficara aquele monumento livre de acidentes, como o que me aparecia logo na perda de uma tábua de conteúdos no início do manuscrito, lacuna que tínhamos de remeter para data incerta; mesmo assim, descobríamos em afinidades iconográficas com outro códice do scriptorium eduardino, nomeadamente com o *Leal Conselheiro*, no exemplar que pertenceu à rainha consorte a quem foi dedicado.

3. Mantinha-me eu nessas considerações quando, certo dia, fui chamado a responder pelo ms. A1 da ACL para questões que se prendiam com a gestão do códice: reclamavam alguns investigadores intervenção urgente para suster a degradação do manuscrito, alegadamente infestado por xilófagos de origem tropical; manifestavam outros a necessidade de se rever a estrutura material do manuscrito para se atender à iluminura e ponderar de novo os problemas do texto que se abria em novas perspectivas de valorização de uma obra representativa da arte do livro.

Oportunidade maior abria-se então com a preparação da Feira do Livro de Frankfurt, que em 1997 seria dedicada a Portugal e ao livro português: a ACL queria aproveitar a Feira para acentuar a importância do acontecimento, considerando ser o momento de valorizar a sua jóia medieval que havia resgatado em leilão em tempos finais do século XIX.

Fui posto perante um plano para edição fac-similada, domínio em que eu próprio havia colaborado recentemente com editor idóneo bem conhecido

pela qualidade do trabalho editorial; considerava a ACL que era ocasião de contribuir com uma edição fac-similada do códice e com ela fazer receitas a partir da edição posta a público.

Tudo me parecia problemático na exiguidade do tempo disponível: quis ponderar o que me era apresentado e não perdi tempo em fazê-lo; não me parecia fácil a realização de trabalho sobretudo a tempo de ele ser apresentado na Feira que se aproximava: havia que avaliar as operações a desenvolver, era necessário proceder à limpeza do manuscrito, constituir equipa idónea para o estudo codicológico adequado, actualizar análise textual frente aos trabalhos pioneiros de Lindley Cintra, recolher o parecer técnico de um editor que tomasse à sua conta a execução técnica de impressão cuidada: tudo isso requeria tempo e investimentos; alertava eu para o facto de que, tanto quanto me era dado saber, o editor de um fac-símile de colecção nunca ia além de um número reduzido de exemplares (na escala de centenas, nunca de milhares, antecipadamente sujeitos a subscrição dos compradores, que, sendo coleccionadores de obras de arte, reservavam os seus direitos e exigiam trabalho cuidado...): sugeria eu a urgência de se consultar editor que fosse merecedor de confiança e orientasse no mercado; deixei que o processo seguisse o seu caminho e soube mais tarde que o trabalho acabara por ser entregue a editor menor da zona da Galiza, pouco conhecido e tecnicamente pouco credenciado para trabalho de vulto e tamanho deste; sem perda de tempo, facilitou-se ao editor o estudo do texto feito por Lindley Cintra, admitiu-se reproduzir a edição do seu estudo, esquecendo que se avançara muito no domínio das disciplinas filológicas, pelo que se tornava imprescindível respeitar o estudo elaborado nos anos 50 mas dar-lhe continuidade com análise actualizada.

4. O códice fora, entretanto, desmanchado na sua encadernação, pelo que ficava facilitado o trabalho fotográfico dos fólhos, mas ficara exposto ao risco de perder a estrutura e a respectiva sequência textual. Finda a empreitada, era necessário atender aos materiais a preservar e de novo fui chamado a dar a minha colaboração e assistência específica.



Como livro manuscrito o códice da Academia é um **monumento** de vulto; o tamanho mede 447mm x 325mm nas suas dimensões actuais e tem um peso de cerca de 15 kilos; pelo tamanho convém-lhe uma sala de leitura e merece ser proposto à consideração de quem o queira examinar como livro.

Textualmente corresponde a uma tradição começada em versão constituída por D. Pedro Conde de Barcelos e prolongada para além dos seus dias. O trabalho de redacção tem sido objecto de sucessivas interrogações e análises; a última que me foi dado compulsar foi objecto de tese de doutoramento por parte de Ingrid Vindel Pérez, *Crónica de 1344*, Bellaterra, 2015; retém os contributos de Lindley Cintra e incorpora argumentos de Diego Catalán. Não esqueço, porém, as lições de mais perto, nomeadamente das personalidades convidadas para esta sessão de homenagem.

O estado que o Manuscrito A 1 da ACL documenta, deve ser visto num processo de elaboração complexo como texto e como livro. Interpela o leitor e este deve confiar em quem lho apresenta depois de se obrigar a revê-lo na sua estrutura material e na sua funcionalidade de uso para além dos dias do Conde de Barcelos. Complexo na estrutura textual, terá sofrido influências de tempos vários em compilações de vários momentos e com interferência de correntes espirituais e leituras que foram modelando a identidade histórica portuguesa.

Fui chamado a acompanhar o trabalho para lhe restituir o seu estado funcional. Depois de uma tentativa falhada, só em 2018 foi possível reverter o processo, mediante projecto apresentado pela ACL à Fund. Calouste Gulbenkian, que generosamente o patrocinou. Acompanhei de perto o trabalho de reencadernação que foi realizado sob a orientação da

técnica de restauro Doutora Inês Correia, acompanhada de Isabel Zarazúa Astigarraga.

A Academia das Ciências foi posta a par desse trabalho; devia tê-lo sido, por várias razões: a) o códice testemunha uma das mais emblemáticas obras da cultura portuguesa assumida pela corte; b) a sua versão textual corresponde a uma reelaboração colectiva mantida em tempos da monarquia de Avis; c) na sua forma codicológica, remete-nos para uma instituição do livro que parece ser o scriptorium de D. Duarte; d) a iconografia apresenta traços que a associam ao exemplar do *Leal Conselheiro* oferecido pelo rei a sua esposa Dona Leonor de Aragão e que hoje se encontra na BNF em Paris; e) O registo do título posto no elenco da biblioteca de D. Duarte, que consta do *Livro da Cartuxa* ou *Livro dos Conselhos* é impreciso, mas esclarecedor das leituras feitas da corte eduardina.

5. Da análise material pudemos inferir que o códice representa um scriptorium servido por responsáveis conhecedores das técnicas librárias, nomeadamente quanto a racionalização de formatos e optimização de leitura: supõe utilização de leituras em espaço comum e não individual; a iconografia da iluminura é representativa de uma cultura do livro em modo solene e celebrativo da memória colectiva.

Certamente foi determinante para a preservação do texto que a Casa de Avis lhe tenha prestado atenção: os príncipes de Avis, nomeadamente D. Duarte e também D. Pedro, este continuado por seu filho, o Condestável, foram decisivos para acolherem a Crónica Geral de Espanha nas suas bibliotecas; o manuscrito de D. Duarte chegou à Academia das Ciências de Lisboa em data tardia, o de D. Pedro é o que se encontra em Paris, BNF.

A história do manuscrito da ACL, Ms 1 A, está relacionada com a família Alcáçova Carneiro que o deve ter recebido da Casa Real em momento em que o livro manuscrito enfrentava já a concorrência do impresso, não obstante a sua ligação à corte. Por razões que nos escapam entrou ele na posse da família de Pedro de Alcáçova, escrivão da fazenda de D. Afonso V e de D. João II, de quem também foi secretário. Após os acontecimentos de Alcácer-Quibir, o manuscrito foi herdado por Dona Luísa de Távora e, em resultado de heranças familiares, chegou às mãos do 5º marquês de Castelo Melhor, D. João de Vasconcelos e Sousa Caminha Faro Veiga. Em 1878, aquando da morte do Marquês, a biblioteca foi leiloada pela família a fim de satisfazer dívidas por saldar. A esse leilão se habilitou a Academia

das Ciências de Lisboa que assim comprou para a sua biblioteca o códice por 202.000 réis.

6. Enfim, se é certo que, como ensinou o gramático antigo Terêncio Mauro, *habent sua fata libelli*, ou seja, a cada livro cabe um destino, também é certo que basta um filólogo que saiba lê-lo no seu tempo e revelá-lo aos leitores do seu tempo. A nós coube-nos a fortuna de termos Lindley Cintra a abrir-nos caminhos de leitura para a *Crónica Geral de 1344*: perante ele só nos podemos considerar anões empoleirados aos seus ombros (como enunciava Bernardo de Chartres, nos seus dias) para conseguirmos entendê-lo. Ou seja, o códice da ACL, impõe-se como monumento que desafia os tempos; teve em Lindley Cintra o seu melhor intérprete e foi ele quem nos ensinou a interrogá-lo: por isso também aqui os celebramos a um e a outro em tempo de centenário do Mestre que nos conduziu até ele. Fazemo-lo com a admiração e o respeito que nos merece.

Aires A. Nascimento

Academia das Ciências de Lisboa, 13 de Março de 2025